

Termo de Referência 107/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
107/2025	985725-MES-PREFEITURA MUNICIPAL SANTA MARIA JETIBÁ	EVELLEN CAZAROTTO MATEUS	04/06/2025 07:51 (v 4.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		2025-K1QHZ

1. Condições gerais da contratação

1.1. Aquisição de EQUIPAMENTO E MATERIAL DE CONSUMO (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA - EPI E EPC, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC-TIC	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AVENTAL DE BORRACHA PLUMBIFERO PARA USO PROFISSIONAL EM SALA DE RADIOGRAFIA ADULTO PADRAO, ACABAMENTO EM NYLON IMPERMEAVEL, TECIDO ESPECIAL LAVAVEL, TAMANHO ADULTO APROXIMADAMENTE 110 X 60 CM OMBRO ALMOFADADO FECHAMENTO COM TIRAS ALTO COLANTES DE ALTA ADERENCIA EQUIVALENCIA DE CHUMBO 0,50 MM PB ANTERIOR E 0.25 MM PB POSTERIOR, REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE COM CERTIFICADO NA		UN		2	R\$ 1.844,08	R\$ 3.688,16

	ANVISA E CERTIFICADO DE APROVACAO EMITIDO PELO MINISTERIO DO TRABALHO, APRESENTAR CERTIFICADO DE APROVACAD CA, COM GARANTIA MINIMA DE 12 MESES.						
2	<b>AVENTAL DE SEGURANCA</b> CONFECCIONADO EM COURO DE RASPA, EM COR NATURAL TAMANHO MINIMO DE 100 X 60 CM. POSSUI TIRA EM COURO NO PESCOCO PARA FIXAÇÃO E TIRAS LATERAIS NO MESMO MATERIAL PARA FIXACAO E AJUSTE DO AVENTAL COM CA VALIDO.		UN		33	R\$ 62,35	R\$ 2.057,55
3	<b>AVENTAL PARA RAO X</b> ADULTO COM PROTETOR DE TIREOIDE AVENTAL ODONTOLOGICO PLUMBIFERO, PARA USO EM PACIENTES, CONFECCIONADO EM BORRACHA PLUMBIFERA DE EXCELENTE FLEXIBILIDADE TECIDO ESPECIAL LAVAVEL, FECHAMENTO EM VELCRO NO PROTETOR DE TIREOIDE TAMANHO MINIMO, 76 X 60CM, PESO 2,5KG, EQUIVALENCIA EM CHUMBO DE 0,25MM PB COR AZUL MARINHO COM REGISTRO NA ANVISA.		UN		2	R\$ 778,61	R\$ 1.557,22
4	<b>BOTA DE BORRACHA PVC CANO LONGO</b> , SEM POLAIME COR PRETA; SEM POLAIME; IMPERMEAVEL; SOLADO ANTIDERRAPANTE; RESISTENTE AO ESCORREGAMENTO EM PISO CERAMICO (SRA), A OLEO COMBUSTIVEL		PAR		123	R\$ 80,53	R\$ 9.905,19

	(FO) E A REAGENTES QUIMICOS; COM C.A VALIDO; ALTURA MINIMA ENTRE 38 E 40CM; TAMANHOS A DEFINIR						
5	<b>CALCA DE SEGURANCA PARA OPERADOR DE MOTOSSERRA</b> CONFECCIONADA EM POLIESTER COM 6 A 10 CAMADAS INTERNAS EM TELA DE POLIESTER DE ALTA TENACIDADE TAMANHO A DEFINIR		UN		25	R\$ 173,86	R\$ 4.346,50
6	<b>CALCADO OCUPACIONAL TIPO BOTA CANO LONGO IMPERMEAVEL;</b> EM EVA (ETIL VINIL ACETATO), SEM FORRO, SOLADO EM POLIURETANO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A ABSORCAO DE ENERGIA, AO OLEO COMBUSTIVEL E AO ISOLAMENTO DE FRIO. COM CA VALIDO. NUMERACAO A DEFINIR.		PAR		260	R\$ 108,60	R\$ 28.236,00
7	<b>COLETE REFLETIVO TIPO X NA COR LARANJA</b> CONFECCIONADO EM PVC FORRADO, COM FAIXAS REFLETIVAS EM PVC NA COR PRATA DE ALTA LUMINOSIDADE, LARGURA DAS FAIXAS PROXIMAS A 5.5CM, FECHAMENTO POR VELCRO NAS LATERAIS.		UN		24	R\$ 23,34	R\$ 560,16
8	<b>LUVA DE COURO PARA CONTENCAO DE FELINOS</b> LUVA DE COURO PARA CONTENCAO DE FELINOS;		PAR		10	R\$ 160,09	R\$ 1.600,90
9	<b>LUVA DE RASPA COM REFORCO PUNHO 7 CM</b> . LUVA COM REFORCO INTERNO E COSTURA EM NYLON. COM CERTIFICADO DE APROVACAO (C.A.) VALIDO		PAR		46	R\$ 22,90	R\$ 1.053,40
10	<b>LUVA DE RASPA PUNHO LONGO 40 CM</b>		PAR		48	R\$ 72,57	R\$ 3.483,36

	CONFECCIONADA EM RASPA, REFORÇO INTERNO NA PALMA, TIRA DE REFORÇO EMBUTIDA ENTRE O POLEGAR E O INDICADOR, ELÁSTICO PARA AJUSTE NO DORSO, USADA PARA PROTEÇÃO DAS MÃOS DO USUÁRIO CONTRA AGENTES ABRASIVOS E ESCORIANTE. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A) VÁLIDO						
11	<b>LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM ELOS DE AÇO INOX CROMO-NIQUEL</b> FECHAMENTO AJUSTÁVEL ATRAVÉS DE FECHOS (PRESILHAS) E ENGATES METÁLICOS NO PUNHO, AMBIDESTRA, MODELO CINCO DEDOS. PUNHO CURTO. COM C.A VÁLIDO.		UN		46	R\$ 478,97	R\$ 22.032,62
12	<b>LUVA DE SEGURANÇA CONFECCIONADA EM LÁTEX NATURAL</b> FORRADA INTERNAMENTE COM FLOCOS DE ALGODÃO; COM ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTA DOS DEDOS; ACABAMENTO DO PUNHO EM VIROLA.		PAR		50	R\$ 6,18	R\$ 309,00
13	<b>LUVA DE SEGURANÇA EM PVC</b> REVESTIMENTO INTERNO COM SUPORTE TEXTIL DE ALGODÃO; PALMA ÁSPERA; COMPRIMENTO TOTAL ENTRE 45 E 50CM; COM C.A VÁLIDO.		PAR		170	R\$ 16,57	R\$ 2.816,90
14	<b>LUVA DE SEGURANÇA ISOLANTE EM BORRACHA</b> CLASSE 00 PARA TENSÃO, COM FINALIDADE EXCLUSIVA DE OFERECER PROTEÇÃO PESSOAL		PAR		3	R\$ 291,78	R\$ 875,34

	CONTRA CHOQUES ELETRICOS. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO C.A VALIDO.						
15	<b>LUVA DE SEGURANCA TRICOTADA E VULCALIZADA</b> TAMANHO 8; PALMA DA MAO REVESTIDA COM LATEX VULCANIZADO; PUNHO COM ELASTICO; COM C.A VALIDO.		PAR		1.700	R\$ 17,46	R\$ 29.682,00
16	<b>LUVA EM SILICONE PARA COZINHA CANO LONGO</b> , RESISTENTE A TEMPERATURAS ATE 500°C, TIPO BICO DE PATO, ARRANHURAS NA PALMA DA MAO PARA QUE O OBJETO NAO ESCORREGUE. COM CA VALIDO.		PAR		180	R\$ 107,55	R\$ 19.359,00
17	<b>LUVA NITRILICA CANO LONGO PARA PROTECAO QUIMICA</b> CONFECCIONADA EM BORRACHA NITILICA, INTERIOR 100% ALGODAO, PALMA ANTIDERRAPANTE, COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (C.A) VALIDO. PUNHO RETO COM 33 CM DE COMPRIMENTO. TAMANHO A DEFINIR.		PAR		60	R\$ 40,83	R\$ 2,449,80
18	<b>LUVA TERMICA PARA CAMARA FRIA</b> PROTECAO TERMICA ATE -25°C, LUVA DE SEGURANCA TRICOTADA COM FIO SINTETICO, REVESTIDA NA PALMA, FACE PALMAR E PONTAS DOS DEDOS COM LATEX NATURAL, PALMA ANTIDERRAPANTE, ACABAMENTO RUGOSO, PUNHO COM ELASTANO. TAMANHO A DEFINIR.		PAR		70	R\$ 77,98	R\$ 5.458,60
19	<b>OCULOS DE SEGURANCA</b> CONFECCIONADO EM POLICARBONATO OPTICO COM ARMACAO		UN		216	R\$ 10,12	R\$ 2.185,92

	DE NYLON. TRATAMENTO ANTIRRISCO E ANTIEMBAÇANTE. HASTE COM REGULAGEM DE COMPRIMENTO. FILTRAGEM DE RAIOS UVA E UVB, ACOMPANHA CORDAO DE SEGURANCA. COM CA VALIDO.						
20	<b>PERNEIRA CONFECCIONADA EM MATERIAL SINTETICO</b> TRES TALAS DE PROTECAO FRONTAL E DUAS TALAS LATERAIS E PROTEÇÃO DE FIOS DE ACO NO METATARSO, FECHAMENTO EM VELCRO. COM CA VALIDO.		UN		82	R\$ 59,45	R\$ 4.874,90
21	<b>PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA ARCO</b> PECA AJUSTAVEL A CABECA DE FORMATO CURVO, PERMITINDO A SUA ROTAÇÃO EM 360 DE GIRO, DEVE SER FLEXIVEL E CONFECCIONADO EM MATERIAL TERMOPLASTICO, CONCHA PARTE QUE ENVOLVE AS ORELHAS DO USUARIO, FABRICADAS EM MATERIAL TERMOPLASTICO, RESISTENTE A CHOQUE MECANICO, A PARTE INTERNA DEVE SER CONFECCIONADA EM ESPUMA PROPORCIONAM COM NIVEL DE ATENUAÇÃO DE RUÍDO DE 27 DB NRR27 E NRRSF 21 DB, E SER FACILMENTE SUBSTITUIVEL, NAD PODE ESTAR EM CONTATO COM O OUVIDO EXTERNO, COM CERTIFICADO DE APROVACAO C.A. VALIDO.		UN		140	R\$ 49,47	R\$ 6.925,80
22	<b>PROTETOR DE ROCAGEM FLEXIVEL</b> TELA DE NYLON, COM		UN		13	R\$ 1.149,46	R\$ 14.942,98

	HASTES METALICAS PARA FIXACAO. DIMENSOES MINIMAS DE 5,0 X 1,5 M						
23	<b>PROTETOR DE ROCAGEM URBANO</b> COM RODIZIOS TELA DE NYLON QUE DETEM DETRITOS LANCADOS DURANTE A ROCAGEM. MOLDURA EM TUBO GALVANIZADO REGULAVEL E DESMONTAVEL. COM 4 RODAS MACICAS DE 20 CM. GUIDAO DIRECIONADOR E SUPORTE DE OBJETOS. DIMENSOES MÍNIMAS SW 3,0 X 1,5M		UN		5	R\$ 1.914,60	R\$ 9.573,00
24	<b>PROTETOR DE TIREOIDE PARA USO EM SALA DE RAO RX</b> ADULTO EM BORRACHA PLUMBIFERA EQUIVALENCIA EM CHUMBO DE 0,50 MM PB COM ACABAMENTO EM NYLON LAVAVEL, PRODUTO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE COM CERTIFICADO NA ANVISA E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO CA EMITIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO, APRESENTAR O CERTIFICADO DE APROVAÇÃO CA. FECHAMENTO COM TIRAS ALTO COLANTES DE ALTA ADERENCIA, MEDIDAS APROXIMADAS DE 12x50CM.GARANTIA MINIMA DE 12 MESES.		UN		2	R\$ 359,14	R\$ 718,28
25	<b>PROTETOR FACIAL</b> COMPOSTO DE UM SUPORTE DE MATERIAL PLASTICO RIGIDO QUE COBRE A PARTE FRONTAL DO CRANIO DO USUARIO E SE ESTENDE ATE A PARTE LATERAL DA CABECA, E UM VISOR DE MATERIAL PLASTICO TERMOPLASTICO INCOLOR, PRESO AO		UN		30	R\$ 49,08	R\$ 1.472,40

	SUPORE AS EXTREMIDADES DO SUPORE SAO FIXADAS NA CARNEIRA E COROA DE MATERIAL PLASTICO. O TAMANHO DA CARNEIRA E REGULAVEL ATRAVES DE AJUSTE SIMPLES. A PARTE FRONTAL DA CARNEIRA E RECOBERTA COM UMA ESPUMA PARA ABSORCAO DE SUOR, COM CA VALIDO.						
26	<b>RECOLHEDOR DE FITA DE SINALIZACAO</b> REFLETIVA COM 20 METROS DE FITA REFLETIVA		UN		1	R\$ 214,69	R\$ 214,69
27	<b>UNIFORME ELETRICISTA C FAIXA REFLETIVA</b> CONJUNTO CALÇA E CAMISA CINZA RETARDANTE A CHAMA ANTICHAMA CAMISA TECIDO FR 100 por cento ALGODÃO, COM FAIXAS REFLETIVAS RETARDANTES A CHAMA ANTICHAMA FECHAMENTO FRONTAL EM BOTOES COM VISTA MANGAS LONGAS COM FECHAMENTO EM BOTAO NO PUNHO GOLA TIPO ESPORTE ITALIANA ABOTOADA ATE EM CIMA BOLSO SUPERIOR ESQUERDO 13CM DE LARGURA E 14 CM DE ALTURA, APRESENTA TAMPA FECHAMENTO COM VELCRO E DIVISÃO PARA CANETA COSTURAS REFORÇADAS TIPO TRAVETE NOS PONTOS VULNERAVEIS COSTURA REFORÇADA COM LINHA RETARDANTE A CHAMA 100 por cento META ARAMIDA. CALÇA TECIDO FR 100 por cento ALGODAO COM FAIXAS REFLETIVAS RETARDANTES A CHAMA ANTICHAMA		UN		22	R\$ 288,28	R\$ 6.342,16



	MEIO ELASTICO NO COS. PASSANTES PARA CINTO, PALA ATRAS FECHAMENTO EM BOTOES COM VISTA DOIS BOLSOS FRONTAIS DOIS BOLSOS TRASEIROS COSTURA REFORÇADA EM PONTOS VULNERAVEIS COM LINHA RETARDANTE A CHAMA 100 por cento META ARAMIDA, COR CINZA, PRODUTO INDICADO PARA USUARIOS EXPOSTOS A SITUAÇÕES DE FOGO REPENTINO E AO ARCO ELETRICO, COMO AS ATIVIDADES RELACIONADAS A ELETRICIDADE E ALTA TENSÃO. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO C.A VALIDO.						
28	<b>VESTIMENTA DE CORPO INTEIRO</b> COMPOSTO POR CAPUZ ISOLADO, CONFECCIONADO EM MATERIAL HIDRORREPELENTE, COM ABA FRONTAL ARREDONDADA SOBRE A FACE, CONFECCIONADA COM POLIETILENO RIGIDO REVESTIDO COM MESMO MATERIAL HIDRORREPELENTE. PALA PARA PROTECAO DO PESCOCO E DA PARTE SUPERIOR DOS OMBROS, CONFECCIONADA COM TECIDO HIDRORREPELENTE. AS LATERAIS DA PALA NA PARTE FRONTAL E ABAIXO DO QUEIXO SÃO COSTURADAS PARA O FECHAMENTO DA ABERTURA FRONTAL VISEIRA FRONTAL PARA PROTECAO FACIAL, COMPOSTA POR UMA LAMINA DE ACETATO DE 0,175 MM DE ESPESSURA,		UN		9	R\$ 116,96	R\$ 1.052,64

TRANSPARENTE E FORMATO RETO CAMISA COM MANGAS COMPRIDAS TIPO PADRAO, DE MATERIAL HIDRORREPELENTE CALCA COMPRIDA TIPO RETA, CONFECCIONADA COM MATERIAL HIDRORREPELENTE. A AREA DAS COXAS, A PARTIR DA UNIÃO ENTRE AS PERNAS DA CALCA CAVALO E PERNAS SAO PROTEGIDAS COM MATERIAL IMPERMEAVEL COSTURADO SOBRE O HIDRORREPELENTE. COM CA VALIDO.							
--	--	--	--	--	--	--	--

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (DOZE) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Descrição da solução

2.1. A descrição da solução abrange a aquisição de Equipamento de Proteção Individual e Coletivo (EPI e EPC), destinados à proteção e segurança dos servidores em suas demandas na municipalidade. A aquisição desses itens visa a prevenção de possíveis acidentes de trabalho e doenças ocupacionais que além de afetar a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores, geram custos altíssimos à gestão municipal.

2.1.1. Após este estudo preliminar será confeccionado o Mapa de Riscos da aquisição, de maneira a ponderar e mitigar os riscos implícitos no objeto pleiteado (tanto na fase de planejamento quanto na fase de gestão do contrato) e Termo de Referência. Após realizado o processo licitatório (PE), faz-se necessário a formalização do contrato, formalização de identificação e contato com a empresa para que as atividades se iniciem e por consequência a fiscalização do contrato.

2.1.2. A aquisição será feita por tipo menor preço por item. Para a determinação dos preços de referência, foram pesquisados preços compatíveis com o mercado local e verificados atentamente os requisitos necessários, além de durabilidade e segurança na operação.

### 3. Fundamentação e descrição da necessidade

3.1. A presente aquisição de EPI e EPC objetiva a segurança e condições de trabalho adequadas para os funcionários da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, os quais trabalham para manter em boas condições de suas Secretarias.

3.1.1. A aquisição desses equipamentos é fundamental para proteção da vida e integridade física dos servidores. As atividades envolvem riscos significativos, como quedas, cortes, impactos e exposição a locais com alta temperatura. O uso de EPIs e EPCs são essenciais para minimizar esses riscos e garantir a segurança dos servidores em suas demandas na municipalidade.

3.1.2. A adoção de EPIs e EPC é de extrema importância para garantir a eficiência e a qualidade no desempenho das atividades, pois irá proporcionar mais segurança e conforto ao trabalhador, e permite que ele execute suas funções com maior foco e sem distrações. Dessa forma, esses equipamentos contribuem para segurança e produtividade, e reforça o bem estar dos servidores.

### 4. Requisitos da contratação

4.1 O item deverá satisfazer as especificações e ser fornecido conforme descrições e quantidades relacionadas a Pesquisa de Preço, anexo ao processo, e estar em conformidade com as normas da ABNT ou outro órgão regulador do item solicitado e, caso necessário, deverá ser apresentados à fiscalização relatórios de testes ou ensaios comprovando sua qualidade;

4.2 Os itens que possuem prazo de validade deverão apresentar no mínimo 01 (um) ano de prazo, conforme suas especificações técnicas, a contar da data do recebimento definitivo;

4.3 Para fornecimento dos itens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam no ramo da atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os devidos documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.4 A CONTRATADA fica responsável em conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando ainda a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e saúde dos trabalhadores e envolvidos na produção e entrega dos itens;

4.5 Sempre que possível e aplicável, observar e respeitar a Lei nº 6.938 de 1981, que se trata da Política Nacional do Meio Ambiente, e respectivos regulamentos;

4.6 Em todos os materiais deverão constar em suas embalagens, descrições e especificações na língua portuguesa, ou apresentar rótulo com as mesmas características;

4.7 Os produtos adquiridos devem apresentar numeração do Certificado de Aprovação - CA, nos termos da Norma Regulamentadora (NR) nº 06, Portaria nº 3.214/78;

4.8 Os itens ofertados devem ser novos e originais, não se admitindo em hipótese alguma o fornecimento de alternativo, reciclado, recondicionado ou recuperado, devendo estar adequadamente embalado, de forma a preservar suas características originais;

4.9 O fornecedor deve se responsabilizar pelos vícios e danos decorrentes dos objetos, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), tendo em vista que a Administração figura aqui como um consumidor.

4.10 A Contratada deverá arcar com todos os custos de logística/entrega dos produtos solicitados pela CONTRATANTE dentro das localidades desta municipalidade.

### **Sustentabilidade**

4.11 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.11.1 A Contratada deverá sempre que possível apresentar os conteúdos e resultados produzidos (relatórios, apresentações, etc.) de forma eletrônica, e assim evitar a impressão de documentos, atendendo ao Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

4.11.2 O certame visa a compra de materiais que tenham qualidade agregada, que contemplem as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e que também atendam aos requisitos de sustentabilidade em consonância com a Legislação Vigente.

4.11.3 Na produção dos materiais não poderá ser utilizado trabalho escravo ou infantil.

### **Subcontratação**

4.12 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos pelos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

### **Modelo de execução do objeto**

#### **Condições de Entrega**

4.14. O fornecimento dos bens será realizado de forma PARCELADA, de acordo com a necessidade da secretaria requisitante, após emissão da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente à contratada.

4.15. O prazo de entrega será conforme consta em Autorização de Fornecimento ou documento equivalente pela empresa contratada, em remessa única.

4.16. O horário de entrega deverá ocorrer de 7:30h as 10:30h e 12:30h as 16:30h, de segunda a sexta-feira exceto feriados e pontos facultativos desta municipalidade, diretamente nos locais indicados na Autorização de Fornecimento com suas respectivas quantidades informadas, devendo a empresa fornecedora certificar-se, antes da entrega, se houve mudança de endereço.

4.17. Os bens deverão ser entregues nos endereços especificados no momento de envio das Autorizações de Fornecimento, relativas a cada Secretaria.

4.18. O recebimento do objeto estará condicionado à observância de suas especificações de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e com o presente Termo de Referência, cabendo a respectiva verificação.

- 4.19. Em caso de NÃO atendimento com as especificações previstas a secretaria notificará a Contratada para as providências previstas.
- 4.20. A recusa do objeto não justificará atraso no prazo de entrega previsto no contrato.
- 4.21. Não será aceita entrega após o fim da vigência do contrato
- 4.22. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;
- 4.23. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretiva/ preventiva pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução;
- 4.24. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada conforme consta em Autorização de Fornecimento (AF), emitida pela Contratante, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.
- 4.25. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

## 5. Papéis e responsabilidades

### 5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. nomear Fiscais de Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução;
- 5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio da Autorização de Fornecimento (AF), de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

### 5.2. São obrigações do CONTRATADO

- 5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- 5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso.

## 6. Modelo de execução do contrato

- 6.1. O gestor do contrato emitirá a Autorização de Fornecimento (AF) para a entrega dos bens desejados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na AF.
- 6.3. O(s) material (is) deverá (ão) ser aceito (s), da seguinte forma:
  - 6.3.1. Provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato/Ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
  - 6.3.2. Definitivamente, 10 (dez) dias após verificação de qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação pelo requisitante.
  - 6.3.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.4. A entrega do objeto deverá obedecer rigorosamente à descrição e quantidades, e deverão estar acondicionados adequadamente.

6.5. Nos preços cotados deverão estar inclusos os custos de transporte, carga, descarga, seguro e quaisquer outras despesas para a entrega do objeto.

6.6. Os custos de retirada e devolução do(s) objeto(s) recusado(s), bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.

6.7. O servidor ou a comissão poderá solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas nos materiais ou até mesmo a substituição por outros novos, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contado a partir do recebimento daqueles que forem devolvidos, sem prejuízo para o disposto nos artigos 441 a 446 do Código Civil de 2002.

6.8. Cada AF conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

## **7. Modelo de gestão do contrato**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022.

7.9. O fiscal do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

7.9.1. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

7.9.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);



7.9.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

7.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

7.9.5. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

7.10. O fiscal do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

7.11. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

7.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

7.13. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

7.14. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais do contrato.

7.15. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

7.16. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).



7.17. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

### **Critérios de Aceitação**

7.18. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.19. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.20. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.21. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.22. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.23 Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.24. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

### **Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**

7.25. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Autorização de Fornecimento (AF)	

<b>Meta a cumprir</b>	<b>IAE &lt; 0</b>	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Autorizações de Fornecimento (AF) dentro do prazo previsto.
<b>Instrumento de medição</b>	AF, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
<b>Forma de acompanhamento</b>	A avaliação será feita conforme registrada na AF. Será subtraída a data de entrega dos produtos da AF (desde que o fiscal reconheça aquela data) pela data de início da execução da AF.	
<b>Periodicidade</b>	Para cada Autorização de Fornecimento (AF) encerrada e com Relatório de Recebimento.	
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da AF.	

### **Critérios de medição e de pagamento**

#### **Recebimento do objeto**

7.34. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.35. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.36. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.37. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.38. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.39. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.40. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.41. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.42. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.42.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.43. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.43.1. o prazo de validade;

7.43.2. a data da emissão;

7.43.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;

7.43.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.43.5. o valor a pagar; e

7.43.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.44. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.45. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.46. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.47. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.48. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para

que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.49. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.50. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.51. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.52. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.53. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.54. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.55. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.56. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.57. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Do reajuste**

8.1. Será adotado como índice de reajuste do Contrato o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

## **9. Critérios de seleção do fornecedor**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo (menor preço/menor desconto/técnica e preço).

## Forma de Fornecimento

9.2. O fornecimento dos bens será realizado de forma PARCELADA, de acordo com a necessidade da secretaria requisitante, após emissão da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente à contratada.

## Regime de execução

9.3. O contrato será executado sob o regime de fornecimento mediante pagamento posterior, condicionado à apresentação da documentação fiscal exigida, conforme legislação aplicável.

## Exigências de Habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- 9.4.1. Cédula de Identidade e CPF do sócio administrador da empresa;
- 9.4.2. Ato constitutivo registrado no órgão competente, e suas alterações, quando este não estiver consolidado;
- 9.4.3. Inscrição no CNPJ, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 9.4.4. Prova de Inscrição Estadual, se houver, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- 9.4.5. Prova de Inscrição Municipal, relativa ao domicílio ou sede da empresa;
- 9.4.6. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por órgão público ou empresa privada;
- 9.4.7. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (as empresas criadas no exercício ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura);
- 9.4.8. Demonstrativos de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1(um), em ambos os exercícios, apurados pelas fórmulas abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio, devidamente assinado pelo representante legal da empresa e por profissional habilitado da área contábil.

Liquidez Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LG = \frac{(\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO})}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

Solvência Geral: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{(\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE})}$$

Liquidez Corrente: o resultado deverá ser superior a 1,00

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

As empresas que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um), em qualquer dos índices acima deverão comprovar o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado total para contratação.

### **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

9.5. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a os Tributos Federais e à Dívida Ativada União;

9.6. Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual (ICMS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;

9.7. Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS), relativa ao domicílio ou sede da empresa;

9.8. Certificado de Regularidade do FGTS-CRF;

9.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

9.10. Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, (será considerada a validade de 60 dias a partir da data de sua expedição quando a mesma não estiver expressa no corpo da certidão);

9.11. Declaração Unificada

## **10. Estimativas do valor da contratação**

**Valor (R\$):** 187.774,47

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$187.774,47 (Cento e oitenta e sete mil, setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), conforme valores especificados na tabela do item 1.1.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados havendo reequilíbrio dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens.

## **11. Adequação orçamentária**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

### **a) Secretaria de Educação**

I) Fonte de Recursos: 237 - 2025 - 150000250000

II) Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

### **b) Secretaria de Cultura e Turismo**

I) Fonte de Recursos: 139 - 2025 - 1500000000001

II) Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

**c) Secretaria de Administração**

I) Fonte de Recursos: 34 - 2025 - 1500000000001

II) Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

**d) Secretaria de Serviços Urbanos**

I) Fonte de Recursos: 600 - 2025 - 1500000000001

II) Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

**e) Secretaria de Saúde**

I) Fonte de Recursos: 16 - 2025 - 150000150000

II) Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

**f) Secretaria de Agropecuária**

I) Fonte de Recursos: 74 - 2025 - 1500000000001

II) Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

**g) Secretaria de Interior**

I) Fonte de Recursos: 380 - 2025 - 1500000000001

II) Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

**h) Secretaria de Meio Ambiente**

I) Fonte de Recursos: 461 - 2025 - 1500000000001

II) Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

**i) Secretaria de Esportes e Lazer**

I) Fonte de Recursos: 313 - 2025 - 1500000000001

II) Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

**j) Secretaria de Transportes**

I) Fonte de Recursos: 634 - 2025 - 1500000000001

II) Elemento de Despesa: 33903000000 MATERIAL DE CONSUMO

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**EVELLEN CAZAROTTO MATEUS**

Coordenadora

**GRAZIELY APARECIDA GOMES**

Gerente

**MARCILEIDE STUHR**

Secretária

**SANDERLEIA WRUCK ESPINDULA**

Secretária

**DIENE MARIA BREMENKAMP**

Secretária

**PRISCILLA GAIBA**

Secretária



**VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO**

Secretário

**ELIANA LITKE**

Secretária

**VANDERLEI MARQUEZ**

Secretário

**ADRIANO HAESE**

Secretário

**CARLOS ALBERTO JARSKE**

Secretário

**ALESSANDRO OLIVEIRA DE SOUZA**

Secretário



Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**EVELLEN CAZAROTTO MATEUS**

COORDENADOR  
GA - SECEDU - PMSMJ  
assinado em 04/06/2025 16:49:57 -03:00

**GRAZIELY APARECIDA GOMES**

GERENTE  
GA - SECEDU - PMSMJ  
assinado em 04/06/2025 08:55:22 -03:00

**ALESSANDRO OLIVEIRA DE SOUZA**

SECRETARIO  
GABSESU - SECURB - PMSMJ  
assinado em 04/06/2025 09:43:57 -03:00

**ELIANA LITKE**

SECRETARIO  
GERCULT - SECTUR - PMSMJ  
assinado em 04/06/2025 14:23:14 -03:00

**SANDERLÉIA WRUCK ESPÍNDULA**

SECRETARIO  
GABSETRA - SECTRA - PMSMJ  
assinado em 04/06/2025 13:41:32 -03:00

**VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO**

SECRETARIO  
GAD - SECADM - PMSMJ  
assinado em 04/06/2025 14:15:51 -03:00

**MARCILEIDE STUHR**

SECRETARIO  
GAE - SECEDU - PMSMJ  
assinado em 04/06/2025 09:03:44 -03:00

**VANDERLEI MARQUEZ**

SECRETARIO  
GASEG - SECAGR - PMSMJ  
assinado em 04/06/2025 16:20:19 -03:00

**PRISCILLA GAIBA**

SECRETARIO  
GABEL - SECESP - PMSMJ  
assinado em 04/06/2025 08:42:49 -03:00

**CARLOS ALBERTO JARSKE**

SECRETARIO  
GABSESA - SECSAU - PMSMJ  
assinado em 04/06/2025 16:38:02 -03:00

**DIENE MARIA BREMENKAMP**

SECRETARIO  
GSEMA - SECMA - PMSMJ  
assinado em 04/06/2025 11:29:10 -03:00

**ADRIANO HAESE**

SECRETARIO  
GABSIN - SECINT - PMSMJ  
assinado em 04/06/2025 08:13:12 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 04/06/2025 16:49:57 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)  
por EVELLEN CAZAROTTO MATEUS (COORDENADOR - GA - SECEDU - PMSMJ)  
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-6GC0JS>